## Edital de Retificação Nº 01 do Concurso Público - Nº 01/2012

A Comissão Supervisora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, Estado do Rio de Janeiro, nomeada pela Portaria nº 1562 publicada em 28 de Maio de 2012, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estabelecidas no Edital de Abertura 01/2012, e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO as seguintes alterações:

**Art. 1º** Fica alterado a carga horária dos seguintes cargos abaixo, passando a contar com a seguinte redação:

018	Vigilante (Vigia)	627,81	12X36 hs
101	Auxiliar Administrativo Escolar	626,10	30 horas
301	Analista de Projetos e Recursos	*636,30	30 horas
303	Assistente Social	*636,30	30 horas
304	Cirurgião Dentista	*636,30	30 horas
305	Engenheiro Civil	*636,30	30 horas
306	Farmacêutico	*636,30	30 horas
308	Fonoaudiólogo	*636,30	30 horas
321	Nutricionista	*636,30	30 horas
322	Pedagogo	*636,30	30 horas
331	Psicólogo	*636,30	30 horas
332	Sanitarista	*636,30	30 horas
333	Supervisor de Ensino	*636,30	30 horas
307	Fiscal de Renda	*636,30	40 horas

Art.2º Fica alterado na página 09 do Edital 01/2012, passando a contar com a seguinte redação:

\*Gratificações previstas no Estatuto do Servidor (Lei Municipal nº83/1976) e demais leis municipais pertinentes.

Art.3º Fica acrescido ao Quadro de vagas no item 2.4 do Edital 01/2012 os seguintes cargos:

	NIVEL SUPERIOR – Cadastro Reserva								
CÓDIG		VAGAS					JORNAD A DE	VALOR	
0	CARGOS	TOTA L	AC	PD	REQUISITOS ESPECÍFICOS	O BASE R\$	TRABAL HO	INSCRIÇ ÃO	
335	Enfermeiro	CR	-	-	Curso de nível superior em Enfermagem e registro no respectivo conselho de classe	*636,30	30 horas	R\$ 80,00	
336	Médico Veterinário	CR	-	-	Curso de nível superior em Veterinária e registro no	*636,30	30 horas		



					respectivo conselho de classe		
337	Fisioterapeuta	CR	-	-	Curso de nível superior em Fisioterapia e registro no respectivo conselho de classe	*636,30	30 horas
338	Terapeuta Ocupacional	CR	-	-	Curso de nível superior em Terapia Ocupacional e registro no respectivo conselho de classe	*636,30	30 horas

	NIVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO – Cadastro Reserva								
CÓDIGO	CARGOS	VAGAS			REQUISITOS ESPECÍFICOS	VENCIME NTO BASE R\$	JORNAD A DE TRABALH O	VALOR INSCRIÇ ÃO	
022	Operador de Retro Escavadeira	CR	-	-	Ensino Fundamental Incompleto Carteira Nacional de Habilitação, Categorias " C ou D ou E, com a anotação "apto a exercer atividade remunerada"	627,81	40 horas		
023	Tratorista	CR	-	-	Ensino Fundamental Incompleto Carteira Nacional de Habilitação, Categorias " C ou D ou E, com a anotação "apto a exercer atividade remunerada"	627,81	40 horas	R\$ 50,00	
024	Operador de Patrol	CR	-	-	Ensino Fundamental Incompleto Carteira Nacional de Habilitação, Categorias " C ou D ou E, com a anotação "apto a exercer atividade remunerada"	627,81	40 horas		

Art.4º Fica acrescido à Estruturação das Provas Objetivas no item 7.2.1 do Edital 01/2012 os seguintes cargos:

QUADRO DE PROVAS FUNDAMENTAL INCOMPLETO – Operador de Patrol, Operador de Retro e Tratorista							
Disciplinas	Nº. de questões	Nota por questão	Total por Prova				
Língua Portuguesa	10	2.0	20				
Matemática	10	2.0	20				
Conhecimentos Gerais/Atualidades	10	2.0	20				
Conhecimentos Específicos CTB – Código de Trânsito Brasileiro	10	2.0	20				
Prova Prática de Direção	-	-	20				
Total	40 questões		100 pontos				

QUADRO DE PROVAS SUPERIOR – TODA A ÁREA DE SAÚDE: Enfermeiro, Médico Veterinário, Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional							
Disciplinas	Nº. de questões	Nota por questão	Total por Prova				
Língua Portuguesa	10	2.5	25				
Saúde Pública	10	2.5	25				
LOM (Lei Orgânica do Município)	05	2.5	12.5				
Conhecimentos Específicos	15	2.5	37.5				
Total	40 questões		100 pontos				

**Art.5º** Fica alterado o item 10 do Edital 01/2012 com o acréscimo dos Operadores de Máquinas Pesadas (Operador de Retro, Tratorista e Operador de Patrol para cadastro reserva):

### 10 - DAS PROVAS PRÁTICAS DE MOTORISTAS E OPERADORES DE MÁQUINAS

**10.1.** Somente se submeterão à prova prática os candidatos ao cargo descrito abaixo, dentro do quantitativo de corte especificado, também, no quadro abaixo, desde que aprovados na prova escrita objetiva de múltipla escolha, de acordo com a classificação obtida do maior para o menor:

Cargos	Quantidade de candidatos convocados para Prova Prática
Motorista	75
Operador de Retro	10
Tratorista	10
Operador de Patrol	10

- **10.1.1.** Em caso de empate com o último classificado, farão prova prática todos os candidatos que obtiverem a mesma nota do último convocado.
- 10.2. As Provas Práticas terão caráter classificatório e eliminatório e valerão 20 (vinte) pontos.
- **10.3.** Os candidatos ao cargo de **Motorista e Operadores de Máquinas** serão submetidos ao Teste de Habilidade Específica em direção veicular, quando serão observados especificamente os itens abaixo relacionados:

#### 10.3.1.1. Faltas Graves:

a) Perder o controle da direção do veículo em movimento; b) Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção; c) Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente; d) Não usar devidamente o cinto de segurança; e) Manter a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dele; f) Desobedecer a sinalização da via ou ao agente da autoridade de trânsito.

## 10.3.1.2. Faltas médias:

a) Executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre; b) Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias; c) Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova; d) Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta durante o percurso; e) Fazer conversões incorretamente; f) Usar o pedal de embreagem antes de usar o pedal de freio nas frenagens.

#### 10.3.1.3. Faltas leves:

- a) Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado; b) Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores; c) Utilizar ou interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo; d) Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor; e) Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento; f) Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada.
- **10.3.2.** Os itens anteriormente relacionados são exemplificativos, podendo ser ainda observadas, de forma generalizada, no que couber, as demais infrações elencadas no capítulo XV do Código Brasileiro de Trânsito, bem como aquelas classificações em faltas gravíssimas, graves, médias e leves.

- **10.3.3.** Para quantificar as faltas e/ou transgressões cometidas pelos candidatos à Qualificação de Motorista, durante o Teste de Habilidade Específica de prática de direção veicular, será considerada a seguinte pontuação: a) Faltas graves e gravíssimas: 03 pontos; b) Faltas médias: 02 pontos; c) Faltas leves: 01 ponto.
- 10.4. O candidato que não comparecer à Prova Prática será excluído do Concurso.
- **10.4.** A prova prática tem caráter eliminatório e classificatório, totalizando 20 pontos, sendo considerados aprovados apenas os candidatos que obtiverem o percentual mínimo de 50%(cinquenta por cento) de aproveitamento nas provas.
- **10.5.** A prova prática será realizada na Cidade de Itaperuna em local que será publicado em jornal encarregado das publicações Oficiais e no site da organizadora INCP <a href="https://www.incp.org.br">www.incp.org.br</a>.
- **10.6.** Os candidatos convocados para a prova prática, conforme cronograma do Concurso Público terão seus nomes e respectivas pontuações divulgados no site <a href="www.incp.org.br">www.incp.org.br</a>, sendo que esta comunicação não tem caráter oficial, apenas informativo, devendo os candidatos que participarem dessa fase comparecer no local de realização da mesma.
- **10.7.** Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado para a realização da prova 1 (um) hora antes do horário fixado para seu início, portando documento de identidade, caso contrário não poderão efetuar a referida prova.
- Art.6º Fica acrescido ao anexo IV Conteúdo Programático do Edital 01/2012 os seguintes cargos:

#### ESCOLARIDADE - NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

## Operador de Retro, Tratorista e Operador de Patrol

PROGRAMA DE LINGUA PORTUGUESA: Leitura e interpretação de textos; Elementos da comunicação; Significação das palavras: sinônimos e antônimos; Fonologia: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos; divisão silábica; Acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Pontuação; Classes de palavras: substantivos e adjetivos – flexões de gênero, número e grau; Verbos – regulares e auxiliares (ser, ter, haver, estar) – conjugação em todos os modos e tempos simples e formas nominais; Sintaxe: frase e oração; Termos essenciais da oração: sujeito e predicado.

#### SUGESTÕES BIBLIOGRAFICAS:

BRAGANÇA, Angiolina; CARPANEDA, Isabella. Porta Aberta letramento e alfabetização. São Paulo: FTD, 2011.

GIACOMÓZZI, Ğilio,; VALÉRIO, Gidete; VALÉRIO, Geonice. *Descobrindo a gramática*: nova proposta (Coleção Descobrindo a Gramática – do 2º ao 5º ano). São Paulo: FTD, 2006.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SOUZA, Maria Rita Costa de; COSTARDI, Wilma Jane Lekevicius. Conhecer e descobrir: Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, Ciências: 1ª etapa. São Paulo: FTD, 2004.

SOUZA, Maria Rita Costa de; COSTARDI, Wilma Jane Lekevicius. Conhecer e descobrir: Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, Ciências: 2ª etapa. São Paulo: FTD, 2004.

PROGRAMA DE MATEMÁTICA: Sistema de numeração decimal. Números Naturais: Conceito. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Problemas de contagem. Expressões numéricas com números naturais. Múltiplos e Divisores (Seqüências, divisor ou fator, fatoração, critérios de divisibilidade, fatoração completa.). Números primos. Decomposição em fatores primos. MDC E MMC. Problemas envolvendo números naturais. Números Fracionários: Representação e leitura. Comparação. Frações equivalentes. Simplificação de frações. Número misto. Operações com números fracionários (adição, subtração, multiplicação, divisão). Expressões numéricas com números fracionários. Problemas envolvendo números decimais (adição, subtração, multiplicação, divisão). Expressões numéricas com números decimais. Problemas envolvendo números decimais. Problemas envolvendo sistema monetário brasileiro. Razões e proporções. Proporcionalidade. Porcentagem: Uso da porcentagem no dia a dia. Unidades de Medidas: Comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. Perímetro e área das principais figuras planas. Gráficos e tabelas para tratamento da informação.

### SUGESTÕES BIBLIOGRAFICAS:

BEZERRA, M. Jairo e BEZERRA, Roberto Zaremba. Aritmética. 2ª Ed. Rio de janeiro: MEC/FASE.

IMENES, L.M. & LELLIS, M. Novo Tempo. 1ª a 4ª séries. Editora Scipione: São Paulo.

MACHADO, N. J. Lógica? É lógico! São Paulo: Editora Scipione.

STIENECKER, David L. Problemas, jogos e enigmas (coleção). São Paulo: Editora Moderna.

BONJORNO, José Roberto e Bonjorno, Regina Azenha. Matemática pode contar comigo, novo: de 1ª a 4ª séries. Editora FTD:

São Paulo.

<u>CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES</u>: Sobre o Município e atualidades: Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet.

Específica: Código de Transito Brasileiro e suas alterações; Resoluções do CONTRAN 160 e 168.

#### SUGESTÕES BIBLIOGRAFICAS:

http://www.denatran.gov.br

http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/RESOLUCAO\_CONTRAN\_168.pdf

http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/RESOLUCAO CONTRAN 160.pdf

#### **ESCOLARIDADE - NÍVEL SUPERIOR**

#### CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS DO NIVEL SUPERIOR

PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA: A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; funções da linguagem; tipos e gêneros de texto; coesão e coerência textuais; Intertextualidade: paráfrase e paródia; A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria; Língua padrão: ortografia, acentuação (atualizadas conforme as regras do novo Acordo Ortográfico) e pontuação; Semântica: denotação e conotação; figuras de linguagem; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; polissemia e ambiguidade; Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras; classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos; Sintaxe: termos e orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase; colocação de pronomes átonos.

#### SUGESTÕES BIBLIOGRAFICAS:

ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva. São Paulo: Atual, 2005.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica: brincando com a gramática. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCK, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUFTH, Celso Pedro. Dicionário prático de regência nominal. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. Dicionário prático de regência verbal. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010.

#### SAÚDE PÚBLICA PARA TODA A ÁREA DE SAÚDE -

LEI № 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. LEI № 8.142. DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990.

### LEGISLAÇÃO PARA OS CARGOS

#### LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (LOM) ATUALIZADA.

## CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DO NIVEL SUPERIOR

## **ENFERMEIRO:**

1.Fundamentos da prática de Enfermagem: Bases teóricas do cuidado de enfermagem; Sinais vitais; Avaliação de saúde e exame físico; Sistematização da Assistência de Enfermagem; Prevenção e Controle de Infecção; Administração de medicamentos e preparo de soluções; Integridade da pele e cuidados de feridas; Exercício profissional de enfermagem: história da enfermagem, legislação aplicada à Enfermagem; ética e bioética; 2. Assistência de enfermagem ao cliente adulto e idoso portador de afecção cardiovascular, respiratória, digestiva, endócrina, renal, neurológica, hematológica e genito-urinária. 3. Assistência de enfermagem a paciente cirúrgico no pré-trans e pós-operatório. 4. Prevenção e controle de infecção 5. Assistência de enfermagem a paciente em situação de urgência 6. Enfermagem em Saúde Pública; Conceitos básicos de epidemiologia e Vigilância em saúde; 7. Enfermagem em psiquiatria; Política nacional de saúde mental; 8. Programa Nacional de imunização; 9. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde; 10. Saúde do Trabalhador; biossegurança; 11. Saúde da Mulher; 12. Saúde do Homem; 13. Saúde da Criança; 14. Saúde do Adolescente e do Jovem; 15. Saúde do Idoso; 16. Práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde; 17. Pessoas com necessidades especiais; 18. Política Nacional de Humanização;

### SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

POTTER, Patrícia A.; PERRY, Anne Griffin. Fundamentos de Enfermagem. 7ª Ed. Elsevier, 2009.

TANNURE, Meire Chucre; GONÇALVES, Ana Maria Pinheiro. **SAE - Sistematização da Assistência de Enfermagem:** guia prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

DOENGES, M.D.; MOORHOUSE, M.F.; MURR, A.C. Diagnósticos de Enfermagem: intervenções, prioridades,

fundamentos. 12ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar. **Processamento de Artigos e Superficies em Estabelecimentos de Saúde**. -- 2. ed. -- Brasília,1994. 50 p. Disponível em:

http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/controle/processamento\_artigos.pdf

ROUQUAYROL, Maria Zelia. – **Epidemiologia e Saúde**- 6ª ed. – Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Educação Permanente**. Caderno 3. Brasília, 2000. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cad03\_educacao.pdf BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. 7. ed. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria Técnica de Gestão. **Dengue**: manual de enfermagem – adulto e criança / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Diretoria Técnica de Gestão. –



Brasília Ministério da Saúde. 2008 Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dengue\_manual\_enfermagem\_adulto\_crianca.pdf STEFANELLI, M.C., FUKUDA, I.M.K., ARANTES, E.C. Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais -Série Enfermagem. Barueri, SP: Manole, 2008. OGUISSO, Taka. Trajetória histórica e legal da enfermagem. Barueru, SP: Manole, 2005. BRASIL. Lei n.7498 de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Disponível em <www.portalcofen.gov.br>, BRASIL. Decreto n.94.406/87. Regulamenta a Lei n.7498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em <www.portalcofen.gov.br>, CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em <www.portalcofen.gov.br>, BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Procedimentos para Vacinação / elaboração de Clelia Maria Sarmento de Souza Aranda et al. 4. ed. - Brasília : Ministério da Saúde : Fundação Nacional de Saúde ; 2001. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manu proced vac.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Normas de Vacinação**. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2001. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manu\_normas\_vac1.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário básico de vacinação (da criança, do adolescente, do adulto e idoso, da população indígena) Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\_area=1448 BRASIL. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. **Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. — Ministério da Saúde, 2005. 80 Disponível http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05 0080 M.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde / Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. - Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/trabalhador/pub\_destaques.php BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Exposição a materiais biológicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/exposicao\_materiais\_biologicos.pdf BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora №32 – Segurança e Saúde no trabalho em Serviços de Saúde. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm BRASIL . Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher : Princípios e Diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - 1. ed., 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica nacional mulher principios diretrizes.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas estratégicas. Área técnica de Saúde da Mulher: Pré natal e Puerpério: Atenção qualificada e humanizada - manual técnico/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 163 p. color - Série A. Normas e Manuais Técnicos. (Série Direitos sexuais e direitos reprodutivos nº 5). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\_tecnico\_prenatal\_puerperio.pdf INSTITUTO NACIONAL DO CANCER. Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação Geral de Ações estratégicas. Divisão de Apoio à Rede de Atenção Oncológica. Rio de Janeiro: INCA, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes. Brasília, 2008. Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/PT-09-CONS.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPIC: atitude de ampliação de acesso / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2008. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic\_atitude\_ampliacao\_acesso.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde - SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - Brasília: Ministério da Saúde, 2009. BRAŚIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: política nacional de humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. - 2. Ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/04\_0816\_M.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil / Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. -Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 80 p - Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05 0080 M.pdf CIANCIARULLO, Tâmara Iwanow. Instrumentos Básicos para o Cuidar: um desafio para a qualidade de assistência-São Paulo: Editora Atheneu, 2003. POTTER, Patrícia Ann - Semiologia em Enfermagem - 4ª ed. Rio de Janeiro: Reichimann & Affonso Ed., 2002. Programa de Humanização do Parto: Humanização no Pré-Natal e Nascimento. Ministério da Saúde. 114 p. 2002. Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/genero/s\_mulher.htm ROQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia e Saúde. 5 ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2000. SMELTZER, S.C. e BARE, B.G. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Condutas - **Exposição Ocupacional a Material Biológico: Hepatite e HIV /** Coordenação Nacional de DST e Aids – Brasília: Ministério da Saúde, 1999. Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/00\_0192\_M.pdf



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Procedimentos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Disponível em http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos\_ab/abcad30.pdf STOCK, Clayton. **Farmacologia na prática de enfermagem**.Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. CAMPOS, G.W.S. et al. **Tratado de Saúde Coletiva.** São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2006.

Médico Veterinário: Doenças Infecto-contagiosas; Doenças parasitárias; Clínica Médica e Cirúrgica; Soros, vacinas e alérgenos; Exploração zootécnica de animais de importância econômica; Técnicas Radiológicas; Ginecologia e Obstetrícia Veterinária; Diagnóstico, prevenção e controle de enfermidades; Vigilância sanitária; Epidemiologia e bioestatística; Inspeção Industrial e sanitária de produtos de origem animal; Regulamento técnico e procedimentos da inspeção.

#### SUGESTÃO BIBLIOGRAFIA:

ACHA, P. N. & SZYFRES, B. Zoonosis y enfermedades transmisible comunes al hombre y a los animales. 2ª Ed. Publicação Científica nº 503 da Organização Panamericana de Saúde. Washington. DC. EUA. 1986.

ANDRADE, C. M. Meios e Soluções Comumente Empregados em Laboratórios. 1ª ed. Seropédica. Ed. Universidade Rural. 2000

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária, Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Portaria n. 368 de 4 de setembro de 1997 (Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de elaboração para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de alimentos). Disponível em <a href="http://www.scribd.com/doc/3194328/RIISPOA">http://www.scribd.com/doc/3194328/RIISPOA</a>

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária, Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Portaria n. 185, de 13 de maio de 1997. (Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Peixe Fresco (inteiro e eviscerado). Disponível em <a href="http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/servlet/VisualizarAnexo?id=2157">http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/servlet/VisualizarAnexo?id=2157</a>

BRASIL, Ministério da Agricultura e do Abastecimento – Secretaria de Defesa Agropecuária, Departamento de Defesa Animal. Coord. De Vigilância e Programas Sanitários. Legislação de Defesa Sanitária animal – Programa Nacional de Sanidade Avícola . Maio de 2002. Disponível em: <a href="http://www.defesaagropecuaria.al.gov.br/programas/area-animal/programa-nacional-de-sanidade-avicola-pnsa/">http://www.defesaagropecuaria.al.gov.br/programas/area-animal/programa-nacional-de-sanidade-avicola-pnsa/</a>

BRASIL, Ministério da Agricultura – Normas técnicas para o controle da raiva dos herbívoros domésticos. Disponível em http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/servlet/VisualizarAnexo?id=1953

CRMV-MG. Cadernos técnicos de Veterinária e Zootecnia. FEP MVZ ed., n.º 44, 2004,117 p.

DOUGLAS, S. W.; WILLIAMSOM, H. D. Radiografia Veterinária, Ed. Guanabara Koogan, 3ª ed. 1983.

DUNCAN, J. R.; PRASSE, K. W. Patologia Clínica Veterinária. Ed. Guanabara Koogan, 217 p. 1982.

ETTINGER, S. J.; FELDMAN, E. C. Textbook of Veterinary Internal Medicine: Diseases of the Dog and Cat. 5 ed, W B Saunders Co, 2000.

ITAL, SBCTA, UNISANTOS. Controle de qualidade de pescado. Seminário sobre controle de qualidade na indústria de pescado. Ed. Loyola, São Paulo, 1988, 303 p.

FORTES, E. Parasitologia veterinária. Ed. Ícone, São Paulo, 3.ª ed., 1997, 686 p.

FRASER, C.M. Manual Merck de Veterinária. Ed. Roca, São Paulo, 1991, 1803 p.

JAWETZ, E.; MELNICK, J. L. & ADELBERG, E. A. Microbiologia Médica. 20ª Ed. Editora Guanabara Koogan S.A. Rio de Janeiro. RJ. 524 pgs. 1998.

LENNETTE, E. H.; LENNETTE, D. A. & LENNETTE, E. T. Diagnostic Procedures for Viral, Rickettsial and Chlamydial Infections. 7<sup>th</sup> Ed. American Public Health Association. Washington. DC. USA. 1995.

MEDRONHO, R.A.; CARVALHO, D.M.; BLOCH, K.V.; LUIZ, R.R. & WERNECK, G.L. Epidemiologia. Ed. Atheneu, São Paulo, 2005, 493 p.

PARDI, M.C.; SANTOS, I.F.; SOUZA, E.R. & PARDI, H.S. Ciência, Higiene e tecnologia da carne. EDUFF, UFG, vol. I e II, 1995

RADOSTITS, O.M.; GAY, C. C.; BLOOD, D. C.; HINCHCLIFF, K. W. Clínica veterinária: Um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos, Ed. Guanabara Koogan. 9ª ed. 1737 p. 2000.

SANTOS, J. A. Patologia geral dos animais domésticos (Mamíferos e aves) 3 ed. Interamericana, 409 p.1986.

SILVEIRA, J.M. da. Interpretação de exames laboratoriais em veterinária. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1.ª ed., 1988, 214 p.

SPINOSA, H.de S.; GÓRNIAK, S.L. & BERNARDI, M.M. Farmacologia aplicada à medicina veterinária. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 3.ª ed., 2002, 752 p.

STITES, D. P.; ABBA, I. T.; PARSLOW. Imunologia Médica. . Ed. Guanabara Koogan, 9ª ed.689 p. 2000.

THRUSFIELD, M. Veterinary Epidemiology. Blackwell Publishing, 2<sup>nd</sup> edition 483 p. 1995

URQUHART, G.M.; ARMOUR, J.; DUNCAN, J.L.; DUNN, A.M. & JENNINGS, F.W. Parasitologia Veterinária. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2.ª ed., 1996, 273 p.

<u>TERAPEUTA OCUPACIONAL</u>: Fundamentos de Terapia Ocupacional; História; Conceito; Raciocínio Clínico; Processo de Terapia Ocupacional; Desempenho Ocupacional; Análise de Atividades; Relação Terapêutica; Papel Clínico. Terapia Ocupacional e as Disfunções Físicas; Clínica de Ortopedia; Reumatologia e Neurologia; Avaliação de Desempenho Ocupacional; Áreas, Componentes, Contextos; Aplicação de Testes; Tratamento de Terapia Ocupacional; Tratamento das Atividades de Vida Diária; Aplicação de Atividades Terapêuticas Ocupacionais; Tratamento dos Componentes de Desempenho Ocupacional; Tecnologia Assistiva; Órteses; Adaptações; Comunicação Alternativa; Planejamento em Acessibilidade. Terapia Ocupacional no Contexto Hospitalar; Terapeuta Ocupacional na Reabilitação Física; Memória.



Terapia Ocupacional e Saúde Mental. Terapia Ocupacional e Geriatria/Gerontologia. Terapia Ocupacional e Pediatria. Princípios e fundamentos éticos e morais.

#### SUGESTÃO BIBLIOGRAFIA:

DE CARLO, Marysia M. R. Prado e Bartalotti, Celina Camargo. Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e Perspectivas, Plexus S.P. 2001.

NEISTADT, Maureen, Crepeau Elizabeth (org), Willard/Spackman. Terapia Ocupacional, Guanabara Koogan, RJ, 2002.

TEIXEIRA, E.; Sauron, F.N.; Santos, L.S.B.; Oliveira, M. C. Terapia Ocupacional na Reabilitação Física, Roca, S.P. 2003.

DE CARLO, Marysia M. R. P., Luzo M.C.M. (org). Terapia Ocupacional: reabilitação Física e Contextos Hospitalares, Roca, S.P., 2004.

TROMBLY, C. A. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas, Santos, S.P., 2005.

PARDINI, Paula Freitas. Reabilitação da Mão, Atheneu, S. P., 2005.

GRIEVE, June. Neuropsicologia em Terapia Ocupacional, Santos Editora, S.P., 2005.

CAVALCATI, Alessandra & GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional: fundamentação e prática. Guanabara Koogan. RJ, 2007

MCINTYRE, Anne & ATNAL, Anita. Terapia Ocupacional e a Terceira Idade. Santos, SP. 2007.

PARHAM, L. Diane & FAZIO, Linda S. A Recreação na Terapia Ocupacional Pediátrica. Santos, SP. 2002.

<u>Fisioterapeuta:</u> legislação creffito. anatomia e fisiologia humana geral. histologia, neurofisiologia. biomecânica geral e cinesiologia. fisioterapia aplicada à: pediatria, neurologia, adulto e pediátrica; á traumato-ortopedia; reumatologia; aparelho cardiorrespiratório ambulatorial e cti (adulto e neonatal); ginecologia e obstetrícia, dermato-funcional . eletroterapia, termoterapia. fototerapia, hidroterapia, cinesioterapia, osteopatia, recursos terapêuticos manuais, métodos de reeducação postural, disfunções crânio-cervico-mandibulares, fisioterapia do trabalho e ergonomia.

#### SUGESTÃO BIBLIOGRAFIA

NETTER, F. Atlas de Anatomia Humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

JUNQUEIRA L., Anatomia Palpatória: Tronco, Pescoço, Ombro e Membros Superiores.

Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, , 2004.

JUNQUEIRA L., Anatomia Palpatória: Pelve e Membros Inferiores., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002

BUSQUET, L. As Cadeias Musculares, Belo Horizonte: Busquet, 2001, 4 v

HAMILL & KNUTZEN Bases biomecânicas do movimento humano. São Paulo: Manole, 1999.

HOPPENFELD, S. Propedêutica ortopédica, coluna e extremidades. São Paulo: Atheneu, 1997.

KISNER, Colby. Exercícios Terapêuticos. Fundamentos e Técnicas. São Paulo: Manole, 2001.

MCARDLE, W. Fisiologia do exercício: Energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

GUYTON. Tratado de Fisiologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

HEBERT, S. Ortopedia e Traumatologia. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ANDREWS. Reabilitação física das lesões desportivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

KNIGHT. Crioterapia no Tratamento das Lesões Esportivas Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

PRENTICE, W.; Técnicas de Reabilitação em Medicina Desportiva. São Paulo: Manole 2003

FLECK, S. Fundamentos Do Treinamento De Força Muscular. Porto Alegre: Artmed. 2002.

BIENFAIT, M.As Bases da Fisiologia da Terapia Manual. São Paulo: Summus,2000.

STOLLER. Fundamentos da terapia respiratória de EGAN, São Paulo: Manole. 2000

BUTLER, D.S. Mobilização do Sistema Nervoso. São Paulo: Manole, 2003.

ADLER, S. PNF - Método Kabat: Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva. São Paulo: Manole, 1999.

LUNDY-EKMAN, L. Neurociência: Fundamentos para a Reabilitação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DAVIES, P. Recomeçando outra vez. São Paulo: Manole, 1997.

LUNDY-EKMAN, L. Neurociência: Fundamentos para a Reabilitação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TECKLIN. Fisioterapia Pediátrica. Porto Alegre: Artmed. 2003.

GRANDJEAN, E. Manual de Ergonomia - Adaptando o Trabalho ao Homem, Porto Alegre: Artmed, 2001

MURPHY, W. Princípios Ao do Tratamento De Fraturas. Porto Alegre. ARTMED, 2002.

STARKEY. Recursos Terapêuticos em Fisioterapia. São Paulo: Manole, 2001.

BECKER, B. Terapia Aquática Moderna. São Paulo:Manole,2000

BOCCOLINI, Fernando. Reabilitação: amputados amputações próteses. São Paulo: Robe, 2000

BANCKS K, Maitland.G. Manipulação vertebral de maitland. Rio de Janeiro: Medici,2002.

MAGEE, David J.. Avaliação Musculoesquelética. São Paulo, Manole, 2002

Art. 7º Acrescenta-se ao conteúdo de Professor de Religião a seguinte sugestão bibliográfica:

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Religioso. São Paulo, SP: Ed.Ave Maria, 1997. Disponível em http://www.fonaper.com.br/documentos\_parametros.php

Art. 8º Acrescenta-se ao Item 15 do Edital 01/2012 a seguinte redação:

15.10.2. O Regime Jurídico será Estatutário, em conformidade com a ADIN 2135/2007.

Art. 9º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaperuna (RJ), 13 de julho de 2012.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Jader Barbosa da Silva Presidente da Comissão Supervisora